



Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

01

## PROCURAÇÃO PARTICULAR

**OUTORGANTES:** **R & H ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF: 09.469.705/0001-27, situada na Rua Felizardo de Brito, nº 1923, Capim Macio, Natal/RN, representada neste ato pelo seu sócio-diretor **RENNE LUIZ DA COSTA SANTOS**, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF: 054.288.394-57 e RG 2.675.048 SSP/PB, com endereço profissional acima identificado.

**OUTORGADOS:** **DR. RODOLFO GUERREIRO DA CUNHA MAGALHÃES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN nº 5.700 e **Dr. RODRIGO DANTAS DO NASCIMENTO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RN, sob o nº 4.476, **Drª. LARISSA BRANDÃO TEIXEIRA**, brasileira, advogada, inscrita na **OAB/RN** sob o nº **8.034**, **Drª. CAROLINE DI MAIO BARBOSA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RN nº 9.960 e **Drª. LIZIANNE MEDEIROS COSTA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RN nº 6.671 com escritório a Rua Dr. Paulo Lira, 3430, Candelária, Natal/RN, onde receberão as intimações de estilo.

**PODERES:** O Outorgante concede amplos e gerais poderes aos Outorgados, inclusive os constantes da **cláusula *ad judicium et extra***, a fim de que possam representá-lo perante qualquer Instância Administrativa, notadamente perante a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes, usando os recursos legais, acompanhando o feito em todos os seus trâmites, podendo para tanto apresentar declarações, promover propostas, transigir, decidir, firmar compromissos ou acordos, dar e receber quitação por meio de alvará, assinar, bem como protestar qualquer título perante ofícios de notas nesta ou em qualquer cidade do país, inclusive substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes.

Natal/RN, 03 de janeiro de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
**RENNE LUIZ DA COSTA SANTOS**

Rua Paulo Lyra, 3430, Candelária, Natal/RN, CEP: 59.064-550  
Tel.: (PABX): (84) 4008-3880; FAX.: (84) 4008-3886.



Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO LAUDO WANDERLEY DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO  
NORTE. A QUEM ESTAS COMPETIR.

Concorrência HULW/UFPB/N.º 001/2014  
Recorrente: JBS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA  
Recorrida: R&H ENGENHARIA LTDA

R&H ENGENHARIA LTDA., empresa já devidamente qualificada nos autos do processo administrativo em epígrafe, vem, respeitosa e **tempestivamente** perante Vossa Senhoria, por intermédio de seu advogado *in fine* assinado, procuração em anexo, conforme lhe faculta a Lei n.º 8.666/93 em seu Art. 109, §3 e o próprio edital, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao inconsistente recurso interposto por **JBS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.** contra decisão que coerentemente desabilitou esta recorrente e habilitou aquela recorrida, o que faz com base nas fundamentações de fato e de Direito exposta nas razões anexas.

Nestes termos, pede deferimento.

Natal/RN, 03 de janeiro de 2015.

  
RODOLFO GUERREIRO DA C. MAGALHÃES

Advogado - OAB/RN 5.700

  
CAROLINE DI MAIO

Advogada - OAB/RN 9.960

  
RENNE LUIZ DA COSTA SANTOS

Sócio Diretor

R&H ENGENHARIA



Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

03

## RAZÕES RECURSAIS

### I – SÍNTESE DA LIDE.

Trata-se de processo licitatório aberto por esta Instituição Federal que tem como objeto a **“CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAUDO WANDERLEY - UFPB”**.

Em sessão inaugural realizada no dia 19.12.2014, as 9h00min apenas três empresas compareceram: R&H Engenharia LTDA, JBS Construções e Incorporações LTDA. e ECCL – Empreendimentos e Construção Civil LTDA.

A Recorrente, no entanto, se insurge contra a documentação entregues pela recorrida *“em xerox não autenticadas, e sem o devido reconhecimento de autenticidade pela mesa diretora da comissão de licitação, um flagrante erro conforme determinou a Cláusula 6.6.1 do Edital”* bem como pelo fato de *“as empresas participantes, sendo elas a R&H e a ECCL, arguíram que a empresa que ora vos fala(recorrente) foi descumpridora dos termos da Cláusula 7.2.2, por carência de entrega de atestado específico ao ponto requerido, o que de acordo com toda documentação posta não se vê configurado”*.

Após impugnações registradas em ata pela Recorrente e por esta Recorrida, esta foi considerada HABILITADA pela R. Comissão de Licitação do HULW/UFPB ao passo em que a Recorrente encontrava-se inabilitada para o certame.

Ato contínuo, a Recorrida se manifestou no sentido de que os documentos necessários estavam autenticados pelo cartório competente, e que os originais estariam a disposição dos presentes para verificação das respectivas autenticidades.





Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

## II – DO MÉRITO DAS CONTRA-RAZÕES

### ***II.1 manifestação às razões de reforma por parte da empresa R&H Engenharia LTDA.***

Conforme já exposto, a Recorrente sustenta que esta Recorrida deveria apresentar toda a documentação em original ou cópia autenticada em cartório competente, consoante disposição da Cláusula 6.6.1, que se apresenta:

*“6.6.1. Os documentos exigidos neste Edital deverão, necessariamente, ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, salvo se apresentados na forma de publicação oficial. “*

Pelas arguições do recurso, percebe-se que a empresa recorrente desvia o foco da norma estabelecida tanto no Edital, quanto na própria legislação aplicável a espécie, senão vejamos.

É que não assiste razão ao recorrente quando alega que a cláusula acima exige de forma clara e precisa que *“toda e qualquer documentação deve ser apresentada em moldes originais ou em cópias autenticadas por cartório competente”*.

Ora Preclaro Julgador, se desatentou a Recorrente que os documentos necessários e suficientemente capazes de comprovar a aptidão técnica da recorrida foram devidamente autenticados, sendo os demais documentos meramente informativos e complementares aos exigidos.

As Certidões de Acervos Técnicos o foram devida e oportunamente autenticadas, como também as páginas necessárias dos Atestados referentes às solicitações dos Itens 7.2.2, como se observa de simples leitura dos mesmos.

Maior prova do descabimento de referida alegação foi o abalizado posicionamento da comissão que, com fulcro no próprio instrumento convocatório, Item 6.6.2, bem como no imperativo legal esculpido no art. 43, § 3º da Lei 8.666/93, que fulmina qualquer dúvida quanto a discricionariedade da Administração poder dar fé de modo a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, pelo que dispõe:



Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

05  
*[Handwritten signature]*

*"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:*

*(...)*

*§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."*

Ora, o que se deve observar é que a interpretação do Edital deve evitar intransigência quanto às exigências formais, como no caso, sob pena de desbordar a razoabilidade e desnaturá-las numa aplicação autofágica, comprometedora da universalidade da concorrência existente em favor do próprio interesse da Administração.

O que se vê é a lídima intenção da Recorrente em obstaculizar o pleno, regular e reconhecido exercício do direito de participação do certame de uma empresa que possui, dentre tantos predicativos, qualificação técnica que JBS sequer possui.

E vamos mais além, é que a recorrente tenta induz a erro esta R. Comissão como que não tivessem discernimento para decidir e/ou analisar o texto do edital a que alega em seus desarrazos.

Fazendo uma interpretação das mais elementares em direito, a literal, se percebe que os documentos *exigidos*, sim, os exigidos, no Edital já foram apresentados devidamente autenticados, sendo que os demais, que em nada maculam ou comprometem a finalidade a que se destinam não o foram, e não toda e qualquer documentação como que levar a crer a Recorrente.

E outra, pelo que se depreende do art. 43 e seu § 3º, acima tratado, exatamente por entender de forma razoável a querela, a comissão pode em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Veja que o que se veda é apenas a inclusão posterior de documento ou informação, o que não houve, e isso a recorrente não quer entender, por qual razão? Certamente saberemos.



Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelaria - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

66

Vemos que a Recorrente joga com as palavras ao seu mero deleite, chegando ao ponto de afirmar que houve aceitação de apresentação de documento de forma extemporânea com violação de princípios, demonstrando que referida aceitação vergasta que esta Comissão não atendeu aos princípios elencados, dentre os quais se destaca o da MORALIDADE.

Veja, a extemporaneidade não ocorreu, posto NÃO terem sido apresentados novos documentos, estamos diante de verdadeiras falácias que projetam todo e qualquer falta de Moralidade ou IMORALIDADE, para sermos objetivos, a que o faz, e não a esta Recorrida e tão pouco a esta honrada Comissão. Como afirma Kant, a mentira torna os seres humanos imorais e, antes de tudo, menos Éticos! (Fonte: Filosofia, Marilena Chauí, Ed. Ática, São Paulo, ano 2000)

No tocante ao posicionamento jurisprudencial, pelo que lança a Recorrente em seus alfarábios, nem a jurisprudência por ela apresentada guarda guarida aos argumentos que tenta lançar mão.

É que o posicionamento do referido Tribunal(TJ-PR) além de não ser uníssimo quanto ao propósito da Recorrente, vai na mesma esteira do silogismo acima apontado pois os documentos exigidos o foram devidamente autenticados, sendo os demais despciendos de tal rubrica, ao passo em que, como reza a ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, o representante da Recorrida (R&H), em defesa oportuna, mencionou que que as demais informações "*os documentos originais estariam a disposição dos presentes para verificação de autenticidade*".

Veja Preclaro Appreciador, que tal conduta guarda perfeita sintonia com a faculdade legal do §3º, do art. 43, da Lei 8.666/93, que permite a esta CEL *em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo*, e assim foi feito, portanto, sanada o foi toda e qualquer dúvida.

Mas para se espancar qualquer dúvida sobre a matéria, vejamos o posicionamento de quem tem atribuição para apreciação da matéria, STJ e TCU:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PERDA OBJETO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. DOCUMENTAÇÃO. SÚMULA 05/STJ.





Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido, os quais são suficientes para mantê-lo, enseja o não conhecimento do recurso, incidindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 283 do STF.

2. In casu, o exame das razões recursais revela a ausência de impugnação da questão relativa ao deferimento da liminar a qual sustou o processo licitatório, e, a fortiori, os atos tendentes à execução do objeto licitado.

3. A título de argumento "obiter dictum", o recurso especial não reúne condições de admissibilidade em face da interpretação de cláusula de edital de licitação, mercê da aplicação analógica da Súmula 05/STJ. Precedente: REsp nº 709.378/PE, Primeira Turma, DJ 03/11/2008.

4. Deveras, in casu, o exame acerca do cumprimento de regra editalícia, notadamente no que tange ao cumprimento do item 18, subitem 18.3 do edital nº 33/2003, qual seja o modo de apresentação da documentação exigida, carece de interpretação de cláusulas editalícias, consoante se infere do voto condutor do acórdão hostilizado, in verbis: Assim, não havendo no edital da licitação exigência para que a empresa licitante apresentasse o envelope de habilitação com cópias e originais da documentação exigida no edital, não pode a mesma ser inabilitada do certame por ter apresentado envelope contendo apenas as cópias dos documentos exigidos pelo edital, e, na fase de habilitação, seu representante legal, ter apresentados os originais ao pregoeiro para conferência.

Ademais, o edital possibilitou aos licitantes apresentar a documentação exigida no edital do original, ou por cópia acompanhada do original, entretanto, foi omissa acerca do momento para autenticação dos documentos. Desse modo, 'é razoável concluir que a este procedimento (autenticação dos documentos) ficou reservado o momento para verificação da referida documentação habilitatória'. (fls. 183)". (fls. 250/251)

5. Deveras, o exame acerca das circunstâncias que redundaram no reconhecimento da validade da documentação da empresa participante do processo licitatório, ora recorrida, para atendimento do objeto da licitação, e, a fortiori, na sua manutenção no certame, reclama a análise das cláusulas do edital de licitação, interdita em sede de recurso especial, em razão da Súmula 05/STJ.

6. Recurso Especial não conhecido.



Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

68

Acórdão Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça acordam, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Teori Albino Zavascki, Benedito Gonçalves (Presidente) e Hamilton Carvalhido votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Denise Arruda. REsp 758259 / RS RECURSO ESPECIAL - 2005/0095966-4. Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO (1105). Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento 03/05/2007. Data da Publicação/Fonte DJ 31/05/2007 p. 340.

E Assim se posiciona o TCU sobre excessos injustificáveis:

Acórdão 616/2010 - Segunda Câmara

Número Interno do Documento

AC-0616-04/10-2

Grupo/Classe/Colegiado

GRUPO I / CLASSE VI / Segunda Câmara

Processo 005.472/2008-0 Visualizar tramitação do processo

Natureza: Representação

Órgãos/Entidades: Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROBRAS - MME  
Interessados

Interessados/Responsáveis:

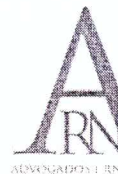
3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

3.2. Responsáveis: Age Construções e Comércio Ltda. (01.000.452/0001-36); Antônio Américo Figueiredo Filho (182.969.202-04); Celso Santos Matheus (005.781.218-75); Damião de Oliveira Maia Junior (804.121.302-20); Edilson Simões Cadaxo Sobrinho (188.301.020-91); Etenge - Empresa de Engenharia em Eletricidade e Com. Ltda. (04.593.893/0001-87); José Almir Viana de Oliveira (307.853.402-20); José da Conceição Rodrigues (193.153.686-49); Luiz de Freitas Matos (035.874.872-00); Maria Aparecida dos Santos (028.152.302-91); Robson Jorge de Lunas Matos (407.240.772-00); Sílvio Charles de Mesquita Gomes (412.469.772-49); Wellington Cruz das Neves (045.614.302-53)

Sumário

REPRESENTAÇÃO. AVERIGUAÇÃO DA REGULARIDADE NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA PARA A





Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

09

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE. INSUBSISTÊNCIA DO ACÓRDÃO Nº 3966/2009-2ª CÂMARA ANTE A EXISTÊNCIA DE ERRO NOS ITENS 2.1 E 2.2. CORREÇÃO E RATIFICAÇÃO, NO NOVO DECISUM, DOS DEMAIS TERMOS CONTIDOS NO REFERIDO ACÓRDÃO  
(...)

9.4 determinar à Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre que:

9.4.1 na realização de futuros procedimentos licitatórios:

9.4.1.1 abstenha-se, para efeito de habilitação dos interessados, de fazer exigências que excedam aos limites fixados no art. 27, incisos I a V, da Lei nº 8.666/93, bem como frustrem o caráter universal que deve reger a licitação pública, configurado no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, como as verificadas na Concorrência-Eletroacre nº 12/2006, quando se exigiu que as licitantes apresentassem Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT - com registro na Delegacia Regional do Trabalho - DRT - em situações não previstas na norma regulamentadora nº 4 do Ministério do Trabalho;

9.4.1.2 discrimine de forma inequívoca todos os documentos a terem suas assinaturas com firma reconhecida, evitando, desta forma, inabilitações pelo descumprimento de formalidades editalícias, ocasionadas pela interpretação equivocada de suas disposições, bem como em busca da proposta mais vantajosa para administração, em conformidade com o art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93;

9.4.1.3 observe o dever de diligência contido no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, de forma a flexibilizar formalismos que podem redundar na frustração ao caráter competitivo que deve reger as licitações na administração pública;

(.....)

Quorum

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho

Publicação

Ata 04/2010 - Segunda Câmara

Sessão 23/02/2010

Aprovação 25/02/2010

Dou 26/02/2010

Referências (HTML)

Documento(s):005-472-2008-0-MIN-BZ.rtf

## ***II.2 - Manifestação às “razões para manutenção da empresa recorrente”***

Consoante se verificou, a empresa inabilitada em nenhum momento apresentou acervo técnico compatível com a exigência editalícia, diferentemente do que tenta levar a crer com seu jogo de palavras.



Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

10

Agora sim, nesse momento é que se deve incidir o princípio da Vinculação do Instrumento Convocatório, posto que se trata de critérios de engenharia, técnicos e objetivos, onde os critérios estabelecidos pelo edital devem ser rigorosamente observados.

Quando apontado pelas empresas habilitadas para prosseguimento no certame quando da ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, o que se verificou foi que quanto aos Itens **(A) Estaca pré-moldada de concreto armado 25, 32, 38, 50 E 62t, inclusive cravação; e (E) Fornecimento e execução de instalação elétrica provida de dispositivo supervisor de isolamento DSI (Dispositivo Supervisor de Isolamento) IT-Médico (NBR 5410), do item** não foram observados pela empresa Recorrente, tendo como corolário, a sua Inabilitação pois não possui referidos acervos técnicos, estando desvinculados completamente do instrumento convocatório.

O que se infere, é que referida empresa lança mão dos seus argumentos de acordo com sua conveniência e, neste ponto, se abaliza no princípio da razoabilidade. Ora, não é razoável no ponto mais técnico do certame, se valer do princípio que busca trazer bom senso a quem já o fez desde a abertura do certame.

Sim, porque o que a administração pública deve considerar na parte técnica de uma obra e/ou serviço é se os critérios estabelecidos (Item 7.2.2 – 'A' a 'E') foram devidamente observados posto que não se trata de discricionariedade da administração, mas sim vinculação plena aos critérios que irão trazer à obra/serviço a segurança, com experiência, know-how, que se espera de uma edificação.

O que causa espanto é uma empresa que se julga apta a uma obra pública, não fazer distinção entre o exigido no certame e a sua experiência para capacidade de execução de "TUBULÃO A CÉU ABERTO", que demanda conhecimento, técnicas bem como Know-how completamente distintos.

A ideia de "quem pode o mais, pode o menos", como quer levar a crer a Recorrente, é completamente equivocada, está tentante bestializar tanto a CEL quanto os demais participantes, posto que obras, notadamente as que servem ao público, não podem ser razoáveis, antes sim, tecnicamente precisas, diretamente proporcional às exigências do Edital.



Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

E outra, quando o Recorrente fala que apresentou atestado de capacidade técnica compatível com a obra orçada (itens 12.54 e 12.55), são tecnicamente distintos do DSI (IT Médico), em mais um escorrego técnico argumentativo, o que a torna ainda mais inapta ao fim pretendido como Certame, notadamente quando faz confusão com termos técnicos e afirma que o Edital tem letra morta, desqualificando esta R. Comissão.

### III – CONCLUSÃO.

Por todo o exposto, conclui-se pela manutenção da decisão desta CEL por seus próprios termos e fundamentos, haja vista não haver ilegalidade ou abuso de poder passível de ser atacado por qualquer via, além de:

1. Evidenciada a falta de comprovação da qualificação técnica-operacional da empresa **JBS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.**, pelos fundamentos já mencionados;

### IV- DOS PEDIDOS.

Por todo o exposto, vem, em sede de contrarrazões, requerer:

- a) No mérito, que seja DESPROVIDO o recurso, mantendo-se a anterior decisão desta mesma Comissão que julgou esta Recorrida, **R&H ENGENHARIA LTDA.**, habilitada, pelas razões expostas acima e reduzidas em tópico conclusivo, tendo em vista a perfeita congruência da documentação apresentada por esta empresa com as disposições do Edital.
- b) A manutenção da inabilitação da Recorrente **JBS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.**, nos termos decididos;

São os termos em que requer, com certeza do ilibado conhecimento jurídico e técnico de Vossa Senhoria, o devido deferimento, informando que, em última instância, se encontra





Rua Paulo Lyra, 3430  
Candelária - Natal/RN  
Fone: (84) 4008.3880  
Fax: (84) 4008.3886  
www.advogadosrn.com

apta a defender seus direitos e seu enquadramento ao certame por meio das medidas judiciais cabíveis.

Natal/RN, 03 de janeiro de 2015.

**RÓDOLFO GUERREIRO DA C. MAGALHÃES**

**Advogado - OAB/RN 5.700**

**CAROLINE DI MAIO**

**Advogada - OAB/RN 9.960**

**RENNE LUIZ DA COSTA SANTOS**

**Sócio Diretor**

**R&H ENGENHARIA**